



SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados Acionistas,

A Administração da Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados financeiros são informados de forma individual, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

Desempenho financeiro e operacional

Destacamos os principais indicadores de desempenho do período.

R\$ Mil	4T24	Dívida Líquida (R\$ Mil)	4T24
Lucro Bruto	92.618	Curto Prazo	19.217
Receita operacional bruta	101.487	Longo Prazo	307.292
Margem Operacional	101,69%	Endividamento Total	326.509
Receita operacional líquida	98.969	(-) Caixa e Aplicações	(10.781)
Custos e Despesas	4.229	(=) Dívida Líquida	315.728
EBITDA	103.198	Índice de Endividamento Geral (R\$ Mil)	4T24
Margem EBITDA	104,27%	Passivo Total	399.825
Lucro líquido do exercício	65.597	Ativo Total	887.427
		Endividamento Geral (EG)	45,05%

Governança corporativa

A TS Transmissions busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos.

A Companhia possui sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo TS Transmissions no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Considerações Finais

Ao longo de 2024, a Companhia manteve seu compromisso com a excelência operacional, garantindo eficiência e segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Sociedade reforça sua missão de contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e gerar valor para seus acionistas.

São Paulo, 2 de abril de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL



31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.781	35.656	Fornecedores	10	5.102	8.859
Concessionárias e permissionárias	7	6.303	5.706	Empréstimos e financiamentos	11	19.217	18.157
Tributos e contribuições a compensar		302	302	Salários e encargos sociais		2.602	2.032
Prêmio de seguro		445	612	Tributos e contribuições sociais		624	402
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	88	-	Imposto de renda e contribuição social		498	488
Ativo da concessão	9	66.424	62.075	Encargos setoriais		1.011	452
Outros ativos		346	-	Dividendos a pagar		3.057	2.434
Total do ativo circulante		84.689	104.351	PIS e COFINS diferido	12	2.424	2.452
Não circulante				Total do passivo circulante		34.535	35.276
Caixa restrito	6	12.588	-	Não circulante			
Ativo da concessão	9	785.061	730.499	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	307.292	307.070
Prêmio de seguro		-	8	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	26.226	24.412
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	5.089	3.004	PIS e COFINS diferidos	12	28.655	28.849
Total do ativo não circulante		802.738	733.511	Provisões para contingências	13	3.117	1.887
Total do ativo		887.427	837.862	Total do passivo não circulante		365.290	362.218
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	197.691	186.491
				Reservas de lucros	14.b	287.651	253.877
						485.342	440.368
				Adiantamento para futuro aumento de capital	14.c	2.260	-
				Total do patrimônio líquido		487.602	440.368
				Total do passivo e patrimônio líquido		887.427	837.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		21.580	14.109
Receita de remuneração do ativo de concessão		77.389	71.185
Receita operacional líquida		98.969	85.294
Custo de implementação de infraestrutura	16	(3.958)	(10.935)
Custo de operação e manutenção	17	(2.393)	(3.898)
Lucro bruto		92.618	70.461
Despesas gerais e administrativas	18	(8.794)	(6.328)
Outras receitas operacionais	19	19.374	4.687
Lucro antes do resultado financeiro		103.198	68.820
Receitas financeiras		2.016	2.788
Despesas financeiras		(35.704)	(36.997)
Resultado financeiro	20	(33.688)	(34.209)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.510	34.611
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(2.037)	(2.140)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(1.876)	268
Lucro líquido do exercício		65.597	32.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	65.597	32.739
Total de resultados abrangentes	65.597	32.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	69.510	34.611
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	(222)	4.091
Apropriação custo de captação de debêntures	20	-
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	20.447	19.464
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.392	7.802
Provisões para contingências (Aumento) diminuição nos ativos operacionais	1.230	977
Ativo de concessão	(58.911)	(36.963)
Adiantamentos a fornecedores	(2.173)	12.930
Prêmio de seguro	175	(64)
Concessionárias e permissionárias	(597)	(1.748)
Tributos e contribuições a compensar	-	(141)
Outros ativos	(346)	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais	(3.757)	(42.160)
Fornecedores	222	(231)
Salários e encargos sociais	570	(995)
Encargos setoriais	559	306
Imposto de renda e contribuição social	(146)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.943)	(1.652)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	33.030	(3.773)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital social	11.200	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.260	-
Distribuição de dividendos	(31.200)	-
Caixa restrito	(12.588)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	19.398
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(6.763)	-
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.814)	(19.577)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(57.905)	(179)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(24.875)	(3.952)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	35.656	39.608
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10.781	35.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.491	11.188	60.403	149.858	-	407.940	-	407.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.739	32.739	-	32.739
Constituição de reserva legal	-	1.637	-	-	(1.637)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(311)	(311)	-	(311)
Reserva de retenção de lucros	-	-	30.791	-	(30.791)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	186.491	12.825	91.194	149.858	-	440.368	-	440.368
Aumento de capital social	11.200	-	-	-	-	11.200	-	11.200
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	2.260	2.260
Distribuição de dividendos	-	-	-	(31.200)	(31.200)	(31.200)	-	(31.200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.597	65.597	-	65.597
Constituição de reserva legal	-	3.280	-	-	(3.280)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(623)	(623)	-	(623)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	61.694	(61.694)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	197.691	16.105	91.194	180.352	-	485.342	2.260	487.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. A Companhia se encontra 100% em operação incluído o reforço desde 25 de janeiro de 2023 e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia. A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo TS Transmissão sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 2/2018. O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/138/13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$31.430 (R\$62.745 ajustada para o ciclo 2024 - 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de

RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento O&M	RAP 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3		
Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0
Total	94.973.138,65	12.869.730,48

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A. **1.4. Encargos regulatórios:** Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 2 de abril de 2025. **2.2. Continuidade operacional:** A Companhia, a Goyaz Transmissão de Energia S.A. e a Borborema Transmissão de Energia S.A. estão operacionais e foram estruturadas de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente a operação destas e de sua controladora direta GBS Participações S.A. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Goyaz, Solaris e Borborema são suficientes e estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dívidas e obrigações, bem como de sua controladora GBS. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissions Participações S.A. poderá refletir na Companhia. Com base





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 9). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes rece-

bimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativas, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplica-se a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) **As debêntures são compostas da seguinte forma:**

Credor
BNB - Banco do Nordeste Prioritário
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário
1ª emissão de debêntures

b) **Movimentação de debêntures:**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Apropriação custos de captação	Pagamentos de juros	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2024
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	85.193	-	5.214	-	-	(5.502)	(847)	84.058
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	62.130	-	4.010	-	-	(4.240)	(227)	61.673
Debêntures	177.904	-	11.223	8.392	20	(11.072)	(5.689)	180.778
Total	325.227	-	20.447	8.392	20	(20.814)	(6.763)	326.509

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Apropriação custos de captação	Pagamentos de juros	Saldo em 31/12/2024
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	74.134	11.220	4.895	-	-	(5.056)	85.193
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	54.064	8.178	3.759	-	-	(3.871)	62.130
Debêntures	169.942	-	10.810	7.802	-	(10.650)	177.904
Total	298.140	19.398	19.464	7.802	-	(19.577)	325.227

4 Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações financeiras. • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - As alterações vigoram para relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; • IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - As alterações vigoram para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	8.837	4.131
Aplicações financeiras	1.944	31.525
	10.781	35.656

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo entre 70% e 98% em 2024 e 2023, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.016 (31 de dezembro 2023 foi de R\$ 2.788).

6 Caixa restrito

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (caixa restrito)	12.588	-
	12.588	

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio do resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 2024. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 11.

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	6.303	5.706
	6.303	5.706

A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação. A Companhia teve um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. No exercício findo 31 de dezembro de 2024, A Companhia reconheceu o montante de R\$ 513 como perdas, sobre títulos faturados e vencidos a mais de 180 dias por falta de expectativas de recebimentos e impossibilidade de cobertura por parte da ONS - Operador Nacional do Sistema. Em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

8 Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	88	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	5.089	3.004
	5.177	3.004

Circulante
Não circulante
5.089 3.004
(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9 Ativo de concessão

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	792.574	755.611
Receita de infraestrutura e operação e manutenção líquida	21.907	16.487
Remuneração do ativo de concessão	79.580	76.019
Revisão tarifária periódica (Nota 19)	15.452	-
(-) Faturamento	(58.028)	(55.543)
	851.485	792.574
Circulante	66.424	62.075
Não circulante	785.061	730.499

10 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	5.049	5.403
Retenções contratuais (ii)	53	1.597
Materiais e serviços não faturados (i)	-	1.859
	5.102	8.859

(i) Saldo referente à construção do projeto, principalmente com aquisições de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.

Encargos	Data final	31/12/2024	31/12/2023
IPCA + 1.7577%	15/02/2045	84.058	85.193
IPCA + 2.1482%	15/02/2045	61.673	62.130
IPCA + 6,40%	15/01/2045	180.778	177.904
		326.509	325.227
Circulante		19.217	18.157
Não circulante		307.292	307.070





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida. Em janeiro de 2021, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Companhia recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos passaram a ser mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva, que é o equivalente a 2,1% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 6). Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmissão, anteriormente conhecida como Sterlite Brazil Participações S.A e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Durante o primeiro trimestre de 2024, a Solaris realizou a distribuição de dividendos para sua controladora, configurando o não cumprimento da cláusula 6.1.2 (iv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não cumprimento de determinadas cláusulas não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento. Em 5 de agosto de 2024, a Companhia obteve o waiver para o tema relacionado acima, o qual se tornou efetivo somente após a verificação integral do cumprimento das condições suspensivas determinadas no referido documento. Dentre estas condições atendidas pela Solaris estão: (i) recebimento do reembolso do montante de R\$ 11.200; (ii) Obter um waiver dos fiadores bancários concordando com os termos mencionados na assembleia geral e (iii) realizou o pagamento de um waiver fee no montante de R\$ 250, bem como, as respectivas obrigações de curto prazo com os seus fiadores. Em 30 de agosto de 2024, a Solaris obteve um novo waiver para o referido tema estabelecendo um novo prazo para o cumprimento de tais obrigações, as quais foram atendidas. Dentre estas condições a Solaris deveria: (i) receber o reembolso do montante de R\$ 11.200; (ii) Obter um waiver dos fiadores bancários concordando com os termos mencionados na assembleia geral e (iii) realizar o pagamento de um waiver fee no montante de R\$ 250, bem como, as respectivas obrigações de curto prazo com os seus fiadores. Em 31 de dezembro de 2024, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants). Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	6.900
2026	8.236	7.758
2027	8.842	8.424
2028	8.923	8.956
2029	9.188	9.549
2030	9.338	10.252
2031	9.376	10.944
Após 2032	253.389	244.287
	307.292	307.070

12 Tributos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
a) Tributos diferidos:		
Imposto de renda diferido	17.030	15.851
Contribuição social diferida	9.196	8.561
IR e CS diferidos (Não circulante)	26.226	24.412
PIS diferido	5.535	5.574
COFINS diferida	25.544	25.727
PIS e COFINS diferidos (I)	31.079	31.301
Circulante	57.305	55.713
Não circulante	2.424	2.452
	54.881	53.261
(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.		
b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:		
	31/12/2024	31/12/2023
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	101.487	101.487
Receitas CCI	(657)	(657)
Base de cálculo	100.830	100.830
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	8.066	12.100
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(2.017)	(1.089)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	1.299	701
Revisão tarifária periódica (Nota 19)	(320)	(173)
Outros	(184)	(93)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.222)	(654)
Receita realizada	59.292	59.292
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	4.743	7.115
Receitas financeiras	1.192	1.192
Base de cálculo total	5.935	8.307
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.434)	(748)
Outros ajustes	100	45
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.334)	(703)
	31/12/2024	31/12/2023
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	85.294	85.294
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	6.824	10.235
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.706)	(921)
Outros	2.095	800
Imposto de renda e contribuição social diferidos	389	(121)
Receita realizada	54.222	54.222
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	(4.338)	(6.507)
Receitas financeiras	(1.453)	(1.453)
Base de cálculo total	(5.791)	(7.960)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.448)	(716)
Outros ajustes	24	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.424)	(716)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros ajustes	31/12/2024
Ativo/passivo						
Imposto de renda	(16.240)	389	(15.851)	(1.222)	43	(17.030)
Contribuição social	(8.440)	(121)	(8.561)	(654)	19	(9.196)
Não circulante	(24.680)	268	(24.412)	(1.876)	62	(26.226)

13 Provisões para contingências

Contingências passivas - risco de perda provável

A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43	910
Cíveis	(5)	977
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38	1.887
Cíveis (baixas/atualizações)	(11)	1.230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27	3.117

Em 31 de dezembro de 2024, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e fundiárias.

14 Patrimônio líquido

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1. Em 31 de dezembro de 2024 o capital subscrito da Companhia é de R\$197.691 (em 31 de dezembro de 2023 é de R\$186.491), representado por 197.691.109 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2023: 186.491.109 ações ordinárias nominativas), totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e no valor nominal de R\$1,00 cada. Conforme ata de assembleia de 21 de agosto de 2024, a Companhia recebeu de sua única acionista a GBS Participações S.A. o montante de R\$11.200 destinados a aumento de capital social, o qual foi totalmente subscrito e integralizado nesta data, com a subscrição de 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil) ações ordinárias e sem valor nominal, em cumprimento a condicionante da Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, para obtenção de waiver sobre inadimplemento previsto na escritura de emissão das Debentures. b) **Movimentação em Reservas de lucros:**

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	65.597	32.739
Constituição da reserva legal (i)	(3.280)	(1.637)
Base de cálculo de dividendos	62.317	31.102
Dividendos mínimos obrigatórios	(623)	(311)
Reserva de retenção de lucro (ii)	-	(30.791)
Reserva de lucros a realizar (iii)	(61.694)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. c) **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** A Companhia recebeu de sua única acionista GBS Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.260 (Não havia saldo em 31 de dezembro de 2023). d) **Distribuição de dividendos:** Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2024, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 11.200, proveniente do saldo da reserva lucros a realizar. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2024, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 20.000, proveniente do saldo da reserva lucros a realizar. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2024 foi constituído R\$ 623 (R\$ 311 em 2024).

15 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	21.907	16.487
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	79.580	76.019
Total da receita bruta	101.487	92.506
PIS e COFINS sobre a receita	(1.640)	(6.497)
Encargos setoriais	(878)	(715)
Receita operacional líquida	98.969	85.294

16 Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	-	(661)
Pessoal	(1.262)	(4.465)
Máquinas e equipamentos	(50)	-
Terenos	(829)	(3.737)
Edificações	(1.817)	(102)
Servidão	-	(1.939)
Outros	(3.958)	(10.935)

17 Custo de operação e manutenção

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(2.165)	(3.762)
Pessoal	(226)	(118)
Outros	(2)	(18)
Receita operacional líquida	(2.393)	(3.898)

18 Despesas gerais administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e encargos	(2.953)	(3.105)
Serviços de terceiros	(4.687)	(1.919)
Materiais	(8)	-
Aluguéis	(62)	(115)
Tributos	(16)	(66)
Seguros	(1.084)	(1.026)
Perdas de títulos incobráveis	(513)	-
Outros	529	(97)
	(8.794)	(6.328)

	Posição em Indexador	31/12/2024	2024	Risco de redução Cenário I (-50%)	Risco de redução Cenário II (-25%)	Risco de aumento Cenário III (50%)	Risco de aumento Cenário IV (25%)
Ativos							
Equivalentes de caixa	CDI	1.944	10,87%	5,44%	8,15%	16,31%	13,59%
Caixa restrito		12.588	211	106	158	317	264
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	326.509	5,08% + taxas fixas do contrato	4,26%	6,39%	12,77%	10,64%
			30.348	15.174	22.761	45.521	37.934

19 Outras receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas (CDE) (i)	3.922	4.687
Revisão tarifária periódica (Nota 9) (ii)	15.452	-
	19.374	4.687

(i) Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE. (ii) Efeito da revisão da RAP - Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP - Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.348 de 16 de julho de 2024.

20 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	2.016	2.788
Rendimentos de aplicações financeiras	2.016	2.788
Despesas financeiras	(28.839)	(27.266)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(6.454)	(9.045)
Comissão e taxas	(327)	(341)
Despesas bancárias	(42)	(289)
Multas	(2)	(3)
IOF	(40)	(53)
Outros	(35.704)	(36.997)
	(33.688)	(34.209)

21 Seguros

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2024	05/07/2025	R\$ 50.000
Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2024	28/06/2025	R\$ 389.820
Construção (i)	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$ 83.078

(i) Os seguros contratados para cobrir risco de engenharia não serão renovados, pois a obra já está concluída.

22 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	2	8.837	4.131
Concessionárias e permissões	2	6.303	5.706
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	2	1.944	31.525
Caixa restrito	2	12.588	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	326.509	325.227
Fornecedores	2	5.102	8.859

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otim



SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Com-

panhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da

Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices.

DIRETORIA

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima
Diretor

Hamilton Corrêa Barbosa
Diretor Financeiro

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Renilda Pereira Costa
CRC - 1SP271500/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Solaris Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 851.485 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a

identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O



www.sterlitepower.com/br/brazil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>